

Collor pede ao Congresso que abandone o fisiologismo

RASÍLIA — O Congresso foi reaberto com um apelo do presidente Fernando Collor em favor do estreitamento das relações entre Executivo e Legislativo — “Necessito da colaboração permanente do Congresso”, enfatizou ele —, e a advertência de que é preciso mudar a prática política no país, com o fim do “paroquialismo, do imediatismo e do fisiologismo”. Collor passou mais dois recados ao Congresso: que contribua para que o debate sobre a mudança de forma e sistema de governo seja o mais amplo e esclarecedor possível e que a campanha para as eleições municipais deste ano não comprometa o regime de austeridade adotado pelo governo para recuperar a economia.

Levada ao Congresso pelo secretário-geral da Presidência da República, embaixador Marcos Coimbra, a mensagem presidencial teve conteúdo eminentemente político, repisando a necessidade de que políticos, empresários e trabalhadores se unam ao governo em nome do entendimento nacional — motivo, ressaltou Collor, até da reforma ministerial por ele promovida em janeiro. “De minha parte, tenho dado sinais claros — com iniciativas de projetos de lei, com discussão doutrinária sobre o social-liberalismo, e até mesmo com a renovação que promovi em minha equipe de governo — de que estou disposto a explorar todos os caminhos do entendimento com as forças políticas do Brasil”, disse.

Para Collor, “1992 haverá de ser o ano da consolidação e aprofundamento das conquistas de que o povo brasileiro precisa. Para tanto, é imprescindível que o Congresso dê curso e consequência aos projetos que estão sob sua apreciação.” E continuou: “Executivo e Legislativo, devemos compartilhar decisões, buscar a conciliação de interesses, movidos sempre pela bússola do interesse nacional. O diálogo político é a chave para irmos adiante.” Advertiu, porém: “Mas é necessário e urgente que se modernize, no Brasil, o modo de fazer política. Devemos estabelecer a co-responsabilidade entre os poderes, a confluência de interesses maiores, transcendendo o paroquialismo, o imediatismo, o fisiologismo.”

Collor, que encaminhou ao Congresso o Plano Plurianual de Metas e Diretrizes, batizado de *Estabilização econômica e modernização do Estado e da economia*, fez breve balanço das ações do governo em 91. Disse estar convicto de que seu governo afastou completamente o fantasma da hiperinflação e praticou política econômica capaz de tranquilizar o mercado, encerrando a era dos pacotes com abruptas alterações nas normas econômicas, ações que considera as mais importantes na esfera econômica. “Gra-



Coimbra (E) entregou a Benevides a mensagem de Collor

cas a essa postura do governo, existe uma tendência de estabilidade da inflação, isto a despeito de havermos liberado praticamente todos os preços na economia e reajustado realisticamente as tarifas dos serviços públicos”, disse. Para Collor, “os agentes econômicos começam a ver com maior clareza que o governo escolheu um rumo, que está no caminho certo e vai segui-lo até o fim”.

A mensagem de Collor foi o ponto alto da sessão de reabertura, esvaziada devido à morte do ex-presidente Jânio Quadros. Apesar dos quatro mil convites expedidos, o plenário sequer lotou, sendo evidente a ausência de muitos parlamentares e de todos os governadores. Apenas sete ministros compareceram — Marcílio Marques Moreira, da Economia, Jarbas Passarinho, da Justiça, João Santana, da Infra-Estrutura, Ricardo Fiúza, da Ação Social, Francisco Rezek, das Relações Exteriores, Carlos Tinoco, do Exército, e Sócrates Monteiro, da Aeronáutica.

A nota destoante foi dada pelos servidores do Congresso, que fizeram uma ruidosa manifestação exigindo o pagamento da URP, o que levou o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a ordenar à segurança que confinasse os servidores aos corredores, proibindo sua circulação pelo Salão Verde, que dá acesso ao plenário.

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), foi o único parlamentar a falar. Lembrando que este é um ano eleitoral, disse ser necessário que se acelerem as votações para decidir sobre as várias matérias em pauta até 30 de junho, prazo que ele acredita ser limite da garantia de quórum este ano. Destacou ainda que o Congresso está disposto a somar esforços para resolver os graves problemas nacionais.

Obrigado a Senna

O presidente Fernando Collor enviou telegrama ontem ao piloto tricampeão de Fórmula 1, Ayrton Senna, por suas declarações de apoio ao governo após audiência ocorrida no Palácio do Planalto, sexta-feira. “Sensibilizado, apresento sinceros agradecimentos pelas suas espontâneas manifestações públicas de apreço pessoal e de apoio ao governo que me servirão de incentivo ao permanente esforço de reconstrução nacional que venho empreendendo desde a posse”, afirmou.

Erundina suspende obras na cidade

A Prefeitura de São Paulo entrou às 18h de ontem com pedido de agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do estado, solicitando a revogação da liminar que prevê a suspensão das alíquotas progressivas na cobrança do IPTU. O recurso, assinado pelo procurador da Prefeitura César Cordaro, alega que a não-cassação da liminar que fixa a alíquota mínima em 0,2% para todos os contribuintes, resultará na queda de 80% na arrecadação do IPTU, comprometendo as obras previstas. A Prefeitura já deter-

minou a suspensão temporária dessas obras, até que a Justiça aprecie o recurso e convocou para hoje uma reunião com todas as empresas. A prefeita Luiza Erundina afirma que a liminar concedida na última sexta-feira penaliza de imediato 536.810 residências de baixo valor, enquanto beneficia os 50 mil maiores proprietários de imóveis da capital. Na reunião com as empresas, a prefeita irá comunicar a suspensão da Lei Orçamentária de 1992 e, portanto, das obras.